



## O CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS DE GEOGRAFIA: DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DA CRITICIDADE

THE GEOGRAPHY REFERENCE CURRICULUM OF MINAS GERAIS: CHALLENGES TO BUILD CRITICALITY

**Cristiano Batista Alvarenga Junior<sup>1</sup>**

**Tulio Barbosa<sup>2</sup>**

### RESUMO

Este artigo analisa criticamente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG), evidenciando como tais diretrizes estruturam o ensino de Geografia com base em competências e habilidades, que tornam a educação pragmática para as demandas do capitalismo. Assim, o objetivo do trabalho é apresentar os limites que a BNCC e o CRMG impuseram para que a educação geográfica não apresentasse a crítica a realidade por meio de suas contradições espaciais. Concluímos que os currículos institucionalizam um projeto educacional funcional ao mercado, restringindo o potencial crítico da Geografia e tensionando seu papel na compreensão da produção desigual do espaço.

**PALAVRAS-CHAVE:** BNCC; Currículo Referência de Minas Gerais; Geografia escolar; Neoliberalismo; Geografia Crítica.

<sup>1</sup>Professor de História formado pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGESC-UFU e bolsista CNPq. Pesquisador do Núcleo Teoria Anticolonial – IGESC-UFU. E-mail: [cristianocrisjr@gmail.com](mailto:cristianocrisjr@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor de Graduação e Pós-Graduação do Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva (IGESC) da Universidade Federal de Uberlândia. Tutor do grupo PET MEC Geografia -IGESC-UFU. Coordenador do Núcleo Teoria Anticolonial – IGESC-UFU. E-mail: [tuliobarbosa@ufu.br](mailto:tuliobarbosa@ufu.br)

## ABSTRACT

This article critically analyzes Brazil's National Common Core Curriculum (BNCC) and the Reference Curriculum of Minas Gerais (CRMG), showing how these guidelines structure Geography education around competencies and skills that render schooling pragmatic in response to the demands of capitalism. The aim of the study is to present the limits imposed by the BNCC and the CCRMG, so that geographic education does not offer a critique of reality through its spatial contradictions. It concludes that these curricula institutionalize a market-oriented educational project, restricting Geography's critical potential and placing tension on its role in understanding the unequal production of space.

**KEYWORDS:** BNCC; Minas Gerais Reference Curriculum; School Geography; Neoliberalism; Critical Geography.

## INTRODUÇÃO

Os processos de construção de uma cultura e de um conhecimento neoliberal partem das premissas do mercado que efetuam no Estado o sentido ativo de um conhecimento validado pela produção e pelos ganhos no capitalismo. As reformas econômicas trouxeram também as reformas educacionais nos países colonizados como o Brasil. Assim, a educação passou a ser considerada fundamental para a organização do neoliberalismo como condição política, econômica e social.

No Brasil desde a década de 1990 as reformas políticas e educacionais foram concomitantes, com isso houve uma disputa pelos rumos da educação pública no Brasil, isto é, de um lado os movimentos sociais e de outro a classe dominante. As reformas econômicas foram significativas e enfraqueceram substancialmente os movimentos sociais e de luta da classe trabalhadora. Também destacamos como a classe trabalhadora foi levada numa direção neoliberal por meio das reformas educacionais; assim, a escola passa a ser compreendida como espaço de resultado dentro da lógica capitalista e não de formação efetivamente crítica, criativa e autônoma.

A consequência das reformas neoliberais na educação foi a promulgação, com efeito de lei, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a consequente a criação dos currículos estaduais. Em Minas Gerais culminou na implementação do *Curriculo Referência de Minas Gerais* (CRMG), um documento que tem apenas uma retórica democrática, mas é um instrumento ligado diretamente às diretrizes de uma política educacional verticalizada, centralizadora e despolitizada. Assim, a partir de Carvalho (2025) buscamos no presente trabalho compreender a relação entre a BNCC e o CRMG a partir de uma escola voltada para os valores de mercado, isto é, uma escola regulada pelos interesses da eficiência econômica e do mercado.

Deste modo, frisamos que não podemos dissociar a construção da BNCC e do CRMG do contexto político-ideológico em que foram gestados, conforme Diógenes e Silva (2020); assim, foi imposta a BNCC, de acordo com Azevedo e Silva (2024), com toda a sua estrutura neoliberal com grande influência das necessidades do mercado internacional por meio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, bem como no Brasil a Fundação Lemann e o Movimento Todos pela Educação, os quais

protagonizam uma concepção empresarial de educação pautada na teoria do capital humano, na funcionalidade do sujeito no mercado.

Conforme a BNCC e o CRMG o currículo é orientado para o desenvolvimento de competências e habilidades, que tornam a educação pragmática para as demandas do capitalismo. Essa visão de uma educação empresarial prejudica a constituição de um sentido crítico e criativo, ou seja, esvazia a escola como lócus de um conhecimento que pode intervir diretamente na realidade para o bem de toda sociedade. Toda essa lógica educacional trouxe consequências diretas para as disciplinas escolares, pois cada uma passou a ser estruturada para o mercado de trabalho, para a formação de uma mão de obra generalista e que não tenha condições de formular outra realidade nem pela crítica e muito menos pela criatividade.

Quanto a Geografia Escolar a organização do currículo e dos conteúdos tendo como base as competências e habilidades trouxeram retrocessos significativos tanto na estrutura da oferta da disciplina, como a subtração do número de aulas, bem como quanto a fundamentação teórica. O retorno a uma Geografia positivista e uma Geografia subjetivista, conforme Carvalho (2025), que privilegia aspectos descritivos e um subjetivismo exacerbado, focando no vivido e no afetivo, enquanto negligencia as contradições sociais, a luta de classes e as desigualdades estruturais que moldam o espaço geográfico, tudo isso, conforme Dardot e Laval (2016) como embate ideológico, logo a compreensão do vivido está na individualidade e não na crítica da produção social e espacial.

O presente trabalho, portanto, objetiva apresentar os limites que a BNCC e o CRMG impuseram para que a educação geográfica não apresentasse a crítica a realidade por meio de suas contradições espaciais.

## **A CONSTRUÇÃO DO CRMG E SEUS LIMITES PARA A CRÍTICA DA GEOGRAFIA.**

A construção do CRMG para o Ensino Fundamental (EF) e para o Ensino Médio (EM) trouxeram impactos significativos quanto as disciplinas escolares, pois acompanharam a lógica neoliberal e subtraíram a importância da ciência como crítica a realidade com possibilidade de intervenção na realidade. Assim, a disciplina Geografia a partir da BNCC, do CRMG e da reforma do EM (Novo EM) foi fragmentada

com subtração dos conhecimentos críticos quanto a complexidade da realidade, favorecendo uma formação descriptiva e subjetiva na qual o estudante perde a capacidade de se colocar diante das contradições do capitalismo e sua produção diária da realidade.

Buscamos deslegitimar o discurso oficial do governo do Estado de MG por meio da crítica a CRMG quanto os aspectos políticos e epistemológicos, pois o governo de MG afirma que se trata de um documento democrático e com ampla participação docente, todavia a construção do documento e sua base epistemológica evidencia autoritarismo e centralização (Azevedo e Silva, 2024). Trata-se de uma padronização pedagógica voltada para uma ideologia do mercado que transforma a escola numa reprodução de subjetividades ligadas aos valores neoliberais (Dardot e Laval, 2016).

De acordo com a própria Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) na introdução do CRMG assinala que para o Ensino Fundamental foi elaborado em regime de colaboração entre a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/MG), tendo como premissa a obrigatoriedade de alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento se propõe ser um instrumento de garantia dos direitos de aprendizagem, organizando o ensino por meio de competências e habilidades.

Essas competências e habilidades estão fundamentadas na lógica do mercado, ou seja:

O conjunto das políticas públicas de educação funcionais à estrutura econômico-social delineada nos programas, nas ações e nos projetos de governo representa os interesses dos grupos hegemônicos e dos sujeitos políticos com eles comprometidos. (Diógenes e Silva, 2020, p. 358).

Aos estudantes esse direito de aprender está no direito em pensar conforme as exigências do mercado e todas as habilidades e competências estarão sujeitas a organização política, econômica e cultural do neoliberalismo. Aprender Geografia, portanto, significa que as funcionalidades espaciais estão ligadas a produção capitalista e sua conformidade a uma estruturaposta, sem maiores questionamentos.

As empresas capitalistas exercem domínio sobre a educação no Brasil, através da Base Nacional Comum Curricular, do Currículo Referência de Minas Gerais e da Reforma do Ensino Médio, pois as mesmas impuseram uma racionalidade de mercado que transformou e ainda transforma a educação em mercadoria e ajusta a formação

dos estudantes às necessidades do setor produtivo. Conforme Alves, Klaus e Loureiro (2021) a pedagogia empreendedora, apresentada primeiro na BNCC e depois na CRMG, substituiu o foco no processo educativo do ensino para a aprendizagem tendo o protagonismo do estudante na sua capacidade em ser cliente, com isso o papel do professor foi pouco a pouco sendo substituído pela lógica de mercado e o professor como mero trabalhador mecânico que precisa servir ao cliente (estudante).

O CRMG (2019, p. 523), quanto a Geografia, aponta que:

A análise acerca do ensino de Geografia começa pela compreensão do seu objeto de estudo. Neste sentido, muitos foram os objetos da Geografia antes de se ter algum consenso, logo, o referencial curricular terá como foco de análise o espaço geográfico, compreendido como o espaço das interações socioambientais.

Nessa perspectiva, os objetos do conhecimento da Geografia são entendidos no currículo como saberes culturais, diferenciando-se, assim, da concepção de conteúdos escolares definidos pela tradição. Isso significa que neles estão incorporados outras formas ou saberes culturais. São conhecimentos relativos a uma ampla gama de atividades e práticas sociais, que incluem o conhecimento e o domínio de sistemas simbólicos, habilidades e estratégias de busca, seleção e organização da informação; estratégias de aprendizagem e de resolução de problemas; conhecimento, respeito e prática de costumes e tradições; conhecimento, respeito e prática dos princípios que regem os comportamentos individuais e grupais; além de diversos enfoques que forem considerados válidos para as aprendizagens e a formação mais ampla dos estudantes.

Isso significa que as diretrizes para o ensino do componente curricular Geografia no CRMG apresenta uma redação que integra os elementos sociais e naturais, buscando uma transversalidade entre as abordagens crítica, cultural e socioambiental. Essa transversalidade não existe na composição do currículo e na definição dos conteúdos, pois os temas são tratados de forma fragmentada e direcionados para os interesses da produção.

A individualidade aparece na definição do ensino de Geografia, já que trata do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos do sujeito diante do mundo, sem uma interação real entre os processos, sem uma direção coletiva e que apresente as contradições materializadas no espaço como violência, pobreza, racismo e machismo.

A construção da redação do CRMG, quanto ao ensino de Geografia, conforme Carvalho (2025), apresenta o sentido socioambiental, abordagem que reduz os problemas espaciais as questões ambientais pontuais e com a culpabilização individual, não apresentando os problemas das contradições econômicas estruturais e da produção capitalista do espaço. Desta forma, entendemos que o CRMG busca uma

apresentação pseudo-crítica já que não aponta uma relação de força e poder do capitalismo na organização espacial; assim, a análise crítica do documento não passa de mero recurso descritivo e subjetivista, tendo o sujeito como culpado quanto as crises e os problemas da humanidade e não o sistema capitalista.

É fundamental frisarmos que a substituição dos conteúdos tradicionais pelos saberes culturais, conforme a CRMG (2019), impacta epistemologicamente o ensino de Geografia, pois as competências que deverão ser desenvolvidas estão no sentido da produção do sujeito na sociedade, mas uma sociedade que define o sujeito a partir de sua responsabilidade meritocrática e não coletiva. Assim, aparentemente temos a substituição de conhecimentos enciclopédicos para a construção de competências que levam os estudantes a saberem fazer enquanto sujeitos produtivos, mas não como sujeitos críticos ou criativos.

O saber fazer toma a escola como necessidade formativa de sujeitos que possam entender e fazer parte de um capitalismo neoliberal, com isso ao afirmar no documento que existe um distanciamento de uma Geografia tradicional ideologicamente se mostra como documento legitimador de uma escola moderna que permite a inovação, mas o ensino de Geografia passa a ser funcionalista em conformidade as necessidades da produção. Ao negar conceitos da Geografia para serem substituídos por saberes culturais direcionam a educação geográfica para uma lógica neoliberal que objetiva formar sujeitos flexíveis para o mercado. Deste modo, tal flexibilidade está na educação geográfica quanto ao entendimento de um espaço que somente poderá ter intervenção no mesmo quando os sujeitos constituírem objetivos produtivos.

Temos um CRMG focado na resolução de problemas da produção e não na formação crítica pela compreensão dos múltiplos fatores, em diversas escalas, com suas contradições que formam a realidade espacializada. Desta maneira, o conhecimento geográfico direcionado pela escola é aquele que tem sua relação de funcionalidade com a produção, com capacidade de movimentar o mercado capitalista. A crítica política, social, econômica, tecnológica, geopolítica, cultural e bélica é substituída por uma Geografia reconfigurada como um espaço de produção de capital humano e não de formação crítica.

O CRMG de Geografia, portanto, consolida o conhecimento dentro de um raciocínio geográfico, mas um raciocínio técnico e não crítico, muito diferente da proposta de Ruy Moreira que objetiva sempre uma Geografia Crítica para melhorar a vida da classe trabalhadora. Esse saber fazer está vinculado também ao subjetivismo,

com isso os estudantes da escola na disciplina de Geografia são educados para relativizarem a realidade e não entenderem a mesma de forma concreta. O subjetivismo coloca o sujeito como centro do processo tanto na culpa dos problemas sociais e outros como na solução dos problemas.

O CRMG soma mecanicidade do olhar geográfico e a subjetividade do sujeito na funcionalidade de um espaço necessariamente produtivo, logo mesmo falando de subjetividade trata-se de uma simplificação da realidade por meio de leitura descritiva. A descrição se dá pela individualidade e não pela coletividade, logo conceitos e categorias da Geografia não tem função crítica e de intervenção na realidade.

A educação geográfica parte da meritocracia do sujeito, com isso também assegura um raciocínio individualista e subjetivista, tendo a realidade como exclusividade de minha responsabilidade e não de responsabilidade das contradições do modo de produção capitalista. O sujeito escolar é ensinado a pertencer enquanto indivíduo num espaço moldado pelo mesmo, quase que exclusivamente um espaço formado por ele e para ele a partir das experiências diárias.

O CRMG foca no pertencimento individual para que o ensino de Geografia ignore as contradições sociais, a luta de classes e as desigualdades estruturais moldam o espaço geográfico e os sujeitos. O CRMG busca uma Geografia que identifica os sujeitos como transformadores individuais do espaço, para que os estudantes da educação básica não compreendam que os problemas individuais são construções objetivas do modo de produção capitalista, conforme apontou Dardot e Laval (2016).

A relação sociedade e natureza, conforme o CRMG, tem sua atenção de forma individualizada, ou seja, existe uma culpabilidade do sujeito e não da produção capitalista. As habilidades para serem desenvolvidas quanto a relação do sujeito com a natureza está no saber fazer do sujeito diante do consumo e do pós-consumo. A realidade da relação sociedade e natureza é ignorada, pois não existe menção quanto as grandes empresas capitalistas que exploram e degradam a natureza como as mineradoras e o agronegócio. A abordagem do CRMG é sempre amena quanto a culpa da produção capitalista e bem agressiva quanto aos sujeitos.

A BNCC e o CRMG têm suas organizações focadas na instrumentalização de uma Geografia que implementa uma racionalidade empresarial sobre o espaço. operam como mecanismos de adequação da escola pública aos interesses do mercado. A racionalidade empresarial na educação escolar geográfica definiu o próprio de conhecimento geográfico, ou seja, definiu conceitualmente uma Geografia como

disciplina funcional para a formação de capital humano adaptável e sem vontade coletiva para mudar o mundo de forma positiva.

Segundo Azevedo e Silva (2024) e Carvalho (2025) o currículo foi organizado para formar indivíduos resilientes e autônomos no sentido empresarial, resultando no esvaziamento epistemológico do sentido político da cidadania e da luta coletiva para a transformação espacial. Assim, segundo Carvalho (2025) essa racionalidade empresarial precisa de um espaço geográfico pacificado, isso significa que precisa ser livre de uma concepção de lutas de classe.

A luta de classes é fundamental para a consciência espacial crítica do estudante da educação básica, mas tanto o CRMG e como a BNCC implementaram uma ideologia subjetivista ao focar excessivamente no indivíduo, no afeto e no pertencimento individual, sem vínculos coletivos e sem as contradições da sociedade capitalista. As questões da luta de classes são ignoradas para darem lugar ao encantamento do sujeito com sua responsabilidade existencial.

Azevedo e Silva (2024) aponta que a implementação mais agressiva dessa racionalidade ocorreu no Novo Ensino Médio, onde a Geografia foi diluída na área de Ciências Humanas e sua carga horária reduzida para dar lugar aos Itinerários Formativos. Assim, temos a BNCC, o CRMG e o Novo EM como condição de uma educação geográfica neoliberal e, portanto, a construção de uma sociedade espacializada nessa racionalidade produtiva.

Segundo Damásio (2023) a BNCC e o CRMG não apenas organizam conteúdos, ou fundamental o currículo, mas institucionalizam um projeto de sociedade. Uma sociedade fundamentada não mais pela suposta neutralidade científica do positivismo, pois agora é uma sociedade que precisa de posicionamento político e econômico, um posicionamento a favor do mercado e dos grandes empresários e especuladores financeiros. A Geografia na educação básica, para cumprir os requisitos ideológicos do neoliberalismo, precisa ser apenas um espaço de instrumentalização funcional na produção capitalista.

Para efetivarmos uma construção de outra espacialidade é preciso superar o cenário de vivências individuais e de compromisso com o mercado, com isso entendemos que todos esses documentos fizeram com a Geografia escolar não apresentasse uma crítica real e dura a partir das contradições, violências e poder da classe dominante, ao contrário a classe dominante e a violência pelo exercício do poder é celebrado, basta vermos o quanto na últimas décadas aumento o poder da direita e

da extrema direita e ao mesmo tempo criou “pobres de direita”, ou seja, trabalhadores que traem a própria classe. Tudo visto para que o ensino de Geografia não produza uma escola que conteste as contradições e problemas espaciais.

O CRMG quanto a educação geográfica não permite contestações e críticas, pois o CRMG consolida uma Geografia que ignora as contradições do capitalismo e as diversas escalas que resultam dessas questões; assim, a educação geográfica na base tem ano após ano consolidado um modelo de pensamento espacial que serve exclusivamente aos interesses da classe dominante. A Geografia escolar, portanto, ajuda a consolidar hegemonicamente uma educação autoritária, mercadológica e servil aos interesses econômicos neoliberais direcionados pela classe dominante nacional e internacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é o campo formativo permanentemente em disputa, com isso toda a atenção as reformas na educação e a publicação de novas legislações e diretrizes é necessário para compreendermos o rumo não apenas do currículo e sim de toda o povo brasileiro.

No presente trabalho buscamos entender o processo de elaboração e a estrutura do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) como representação de um distanciamento dos valores da educação que efetivam nos sujeitos a autonomia, a horizontalidade e a democracia. Entendemos que o CRMG é um mecanismo de consolidação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de um projeto educacional neoliberal.

Concluímos que a padronização curricular deve ser imposta pelo Estado submetido aos interesses da classe dominante nacional e internacional, para isso não pode atender as necessidades de uma formação crítica, criativa e cidadã, mas sim aos interesses de grupos empresariais nacionais e internacionais que objetivam a instrumentalização da educação para a consolidação de uma lógica neoliberal voltada para a fundamentação de uma econômica formada por brasileiros e brasileiras como mão de obra flexível e com zero capacidade crítica e avaliativa da realidade nacional.

Por isso, a educação geográfica precisa incorporar as questões democráticas como valores críticos e criativos na organização do espaço brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre; KLAUS, Viviane; LOUREIRO, Carine Bueira. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. Educ. Pesqui., São Paulo , v. 47, 2021 . Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022021000100736&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022021000100736&lng=pt&nrm=iso)

AZEVEDO, Sandra de Castro de; SILVA, André de Paula. A elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais e a participação dos professores de Geografia. Revista de Geografia, Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFJF, v. 14 n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/42006/27234>

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)

CARVALHO, Gabriella Rodrigues de Oliveira. A categoria lugar no ensino de Geografia: uma análise crítica da BNCC para os anos iniciais do ensino fundamental. 2025. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/45850>

DAMASIO, Henrique Gabriel. Os itinerários formativos e a redução das aulas de Geografia no contexto da BNCC-EM: reflexões a partir do estágio supervisionado. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 8., 2023, Campinas. Universidade Estadual de Campinas; Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Campinas, 2023. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereg/article/view/3949/3786>

DARDOT, P.; LAVAL, C.. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. Currículo Referência de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: 2019.